

CASA GRANADO LABORATÓRIOS, FARMÁCIAS E DROGARIAS S/A

CNPJ/MF nº 33.109.356/0001-17

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024. Ficamos à disposição de V.sas, para os esclarecimentos que se fizerem necessários - RJ, 31/12/2024. Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF - 853.543.768-15

Balço Patrimonial em 31/12/2024 E 2023 - (Em Reais Mil)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em Reais Mil)									
	2024	2023	Capital Social	Capital Integralizar	Reserva Legal	Reserva Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Conversão	Retenção de Lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
Ativo	725.863	663.124										
Circulante	181.942	197.905										
Disponibilidade	686	606										
Clientes	17.139	51.914										
Estoques	97.227	88.805										
Impostos a Recuperar	26.691	33.786										
Despesa Antecipada	3.999	4.267										
Adiant. Fornecedores	8.125	2.392						8.578		8.578		
Partes Relacionadas	27.123	3.486										
Outros	952	12.649								35.049	35.049	
Não Circulante	543.921	465.219								34.871	430.818	
Depósitos Judiciais	53	1.356										
Impostos a Recuperar	9.371	4.581										
Tributos diferidos	2.167	2.167										
Propriedade para Investimentos	-	-										
Investimento	39.377	45.737						(8.578)		(8.578)		
Arrendamento / Leasing	-	-										
Imobilizado	478.528	400.219								23.154	23.154	
Obras em Andamento	-	-								58.025	58.025	
Intangível	14.425	11.159										

Passivo			Demonstração do Resultado do Exercício - (Em Reais Mil)										Demonstração Fluxo de Caixa - (Em Reais Mil)	
	2024	2023		2024	2023		2024	2023		2024	2023			
Circulante	159.168	129.960	(+) Faturamento	861.691	789.810	(-) Despesas Adm. e Comerciais	(53.549)	(42.451)	Fluxo de caixa das atividades operacionais	23.155	36.727			
Emprestimos e Financiamentos	28.519	23.999	(+) Serviços	-	-	(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(41.323)	(39.241)	Lucro líquido do exercício	-	-			
Fornecedores	108.002	87.344	(-) IPI	(38.328)	(32.442)	(+) Outras Receitas	(7.506)	(10.418)	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-			
Obrigações Trabalhistas	13.696	11.724	(-) Receita Bruta de Vendas	823.363	757.368	(=) Lucro Operacional	30.916	36.727	Depreciação e amortização	32.454	32.621			
Obrigações Tributárias	7.087	5.454	(-) Outros Impostos Incidentes s/ Vendas	(58.931)	(54.672)	(=) Lucro Antes do IR e da Contrib. Social	30.916	36.727	Juros provisionados	9.101	13.521			
Outros	1.864	1.439	(-) Outras Deduções	(25.093)	(22.145)	(-) IR e Contr. Social - Correntes	(7.761)	-	Equivalência Patrimonial	(37.651)	(21.388)			
Não Circulante	121.301	102.347	(-) Receita Líquida das Vendas	739.339	680.550	(-) Imposto de Renda e Contr. Social - diferido	-	-	Venda de Ativo Imobilizado	-	15.780			
Exigível a Longo Prazo	-	-	(-) Custos das Vendas	(606.045)	(551.714)	(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	23.155	36.727	Ajuste de conversão	14.938	8.578			
Emprestimos e Financiamentos	31.884	59.361	(=) Lucro Bruto das Vendas	133.294	128.836	Lucro (Prejuízo) por Ação do Capital	0,05	0,09		41.997	85.839			
Provisão de Contingências	62	156	Despesas Operacionais	-	-				Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(109.101)	(72.692)			
Partes Relacionadas	71.685	27.445	(-) Despesas Adm. e Comerciais	(53.549)	(42.451)				Aquisição de imobilizado	-	-			
IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(41.323)	(39.241)				Aporte de capital	-	-			
Tributos Parcelados	1.468	1.150	(+) Outras Receitas	(7.506)	(10.418)				Adição de intangível	(4.927)	(406)			
Obrigações Tributárias Diferidas	4.393	4.393	(=) Lucro Operacional	30.916	36.727				Investimento em Controlada	20.330	-			
Outros	11.809	9.840	(=) Lucro Antes do IR e da Contrib. Social	30.916	36.727				Caixa consumido nas atividades de investimento	(93.698)	(73.098)			
Patrimônio Líquido	445.394	430.818	(-) IR e Contr. Social - Correntes	(7.761)	-				Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-			
Capital Social	165.598	165.598	(=) Imposto de Renda e Contr. Social - diferido	-	-				Captação líquida de empréstimos e financiamentos	-	-			
Reservas de Capital	216.500	216.500	(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	23.155	36.727				Pagamento de principal sobre empréstimos	(22.763)	(15.130)			
Reservas Legal	312	312	Lucro (Prejuízo) por Ação do Capital	0,05	0,09				Pagamento dos juros sobre empréstimos	(9.295)	(13.705)			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	4.959	4.959							Aumento dos parcelamentos de tributos	318	(608)			
Ajuste de Conversão	-	8.578							Transações com partes relacionadas	20.602	33.714			
Lucros Acumulados	58.025	34.871							Caixa gerado nas atividades de financiamento	(11.138)	4.271			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/12/2024

Contexto Operacional: Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede à Rua Barão de Tefé, nº 34 - Saúde, Rio de Janeiro, RJ. Em 31 de dezembro de 2024, a Granado conta, em nível nacional, com uma unidade fabril, além de escritórios administrativos. **Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Administração em 18 de fevereiro de 2025. Resumo das Principais Políticas Contábeis: **Caixa e equivalente de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. **Contas a Receber** - As contas de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. **Estoques** - Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e material de embalagem estão demonstrados deduzido de provisão para ajustá-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **Ativos Arrendados** - O valor inicialmente reconhecido como ativo é o menor entre o a valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do leasing ao longo prazo do arrendamento. O compromisso de leasing correspondente é apresentado como passivo. **Ativo Imobilizado** - É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo. Da mesma forma que o preço de compra, o custo inclui os custos diretamente atribuíveis e o valor presente estimado dos custos futuros inevitáveis de desmontagem e remoção de itens. O passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido dentro de provisões. Terrenos não são depreciados. A depreciação é apurada para todos os outros itens do imobilizado e serve para amortizar o valor contábil dos itens ao longo de suas vidas úteis econômicas esperadas. São aplicadas as seguintes taxas ao ano pelo método linear:

Prédios e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	5%; 6,6% e 10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Benfeitorias e imóveis de terceiros	Tempo de contrato

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável. **Intangível** - Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. **Empréstimos e Financiamentos** - São inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização. **Tributos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes tributos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65% - 2,20%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,60% - 10,30%
- Imposto sobre Serviços - ISS: 5%
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS: 22%
- Imposto de renda e contribuição social - corrente: O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 Mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Imposto diferido:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.**

Arrendamentos: A Granado avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Granado reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Granado reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é mensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente | Antonia Sonia Mineiro Lopes - Contadora - CRC/RJ 75200/01

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 31/03/2025 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/31/CASAGRANADO1581686931032025.pdf Hash: 1743195480254d452678174f298d4ce5932fc26ad8